



Antonio Scarpelli/Ascom Unicamp

A Universidade Federal da Bahia (UFBA), por exemplo, no vestibular de 2005 implantou um sistema que reserva 45% das vagas para alunos que tenham cursado os três anos do ensino médio e mais um ano do ensino fundamental em escolas públicas. Dessas vagas, 85% destinam-se, ainda, aos alunos que se identificam como pretos ou pardos. Foram reservadas 2% para quem declarar ascendência indígena (chamados índio-descendentes) e duas vagas, de cada curso, para índios que vivem em aldeias e estudantes de comunidades remanescentes de quilombos. Há instituições que optaram por um programa de ação afirmativa sem cotas, como a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a primeira instituição a adotar um sistema de pontuação.

Acesso ao vestibular das principais universidades públicas é facilitado

POLÍTICA DE INCLUSÃO

Polarização no debate das cotas encobre diversidade das ações afirmativas

As polêmicas cotas entraram, definitivamente, na agenda nacional. A discussão polarizou-se nas posições contrárias e a favor da reserva de vagas para negros, o que tende a homogeneizar as diferentes políticas adotadas por universidades públicas, estaduais e federais. As diferenças entre os programas adotados por essas instituições, que utilizam diferentes critérios como renda, cor, raça/etnia, origem escolar ou diferentes percentuais para reserva de vagas, têm ficado em segundo plano. Além disso, as cotas são uma dentre outras modalidades de ação

afirmativa, cujo princípio é focalizar grupos historicamente discriminados. A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) foram as primeiras instituições a adotar o sistema de cotas, em 2002. Dados do Ministério da Educação até agosto deste ano, mostram que 29 universidades públicas já adotaram algum sistema de cotas. Entre elas, 22 combinam critérios socioeconômicos e étnico-raciais, reservando vagas para alunos egressos de escolas públicas, negros e indígenas.

A QUESTÃO DO DESEMPENHO O desempenho dos alunos cotistas – no vestibular ou também na graduação – ganhou relevância no debate político em curso. Um dos argumentos contrários ao sistema de cotas é o possível comprometimento da qualidade do ensino superior ao permitir a entrada de alunos despreparados. “As cotas permitem o ingresso de estudantes com médias mais baixas, mas isso não implica, necessariamente, que a qualidade do ensino será reduzida. A performance no vestibular não determina o desempenho do estudante ao longo da graduação”, afirma Delcele Queiroz, professora da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Foi o que a pesquisadora confirmou em seus estudos, iniciados em 1993, trabalhando com a

questão da desigualdade no ensino superior. Uma das pesquisas, realizada em 2001, trata do desempenho acadêmico de homens, mulheres, negros e brancos no vestibular e no terceiro semestre de graduação na UFBA. Os homens brancos tiveram as médias mais elevadas, num maior número de carreiras, em seu ingresso à universidade mas, ao comparar com o rendimento no curso, a situação se inverteu: os negros e as mulheres atingiam as médias mais altas.

“Grupos submetidos a situações de discriminação vão para a competição sofrendo esse peso, se sentindo fragilizados; ao conseguirem ultrapassar esse momento da competição, demonstram sua real capacidade e tendem a se esforçar mais durante o curso”, avalia a pesquisadora.

ACESSO A autodesqualificação que os alunos negros costumam sofrer por conta do racismo os afasta da disputa pelo acesso à universidade. Muitos não se reconhecem com legitimidade, se sentem “fora do lugar” ou sequer cogitam concorrer a uma vaga numa universidade pública já que esta, historicamente, sempre foi um reduto das elites no Brasil. Para reverter esse cenário, o Centro de Convivência Negra da Universidade de Brasília (UnB) – que adotou o sistema de cotas para negros em 2004 – criou, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, o projeto “Cotistas nas escolas”: alunos ingressos na UnB pelo sistema de cotas visitam as 57 escolas públicas de ensino médio do Distrito Federal para divulgar esse processo seletivo. Para

PROJETOS DE LEI SOBRE O TEMA

Na iminência de serem aprovados depois de vários anos de tramitação no Congresso Nacional, dois projetos de lei que propõem a implantação de cotas para negros geraram reações acirradas e motivaram dois manifestos – um contra e outro a favor – que foram entregues, no início de junho, ao presidente do Senado, Renan Calheiros.

Um deles é o projeto de lei nº. 73 de 1999, que institui um sistema de cotas que reserva 50% das vagas para estudantes que tenham cursado todo o ensino médio numa escola pública. Dentre essas vagas, uma proporção mínima – correspondente à proporção de pretos, pardos e indígenas na população total de cada estado da Federação – deverá ser preenchida por alunos que tenham se auto-declarado negro ou indígena.

O outro é o Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), em tramitação no Congresso Nacional desde 1998. O projeto de lei é amplo e prevê, em seus capítulos, questões como pesquisa, formas de prevenção e combate de doenças prevalentes na população negra (tais como a anemia falciforme); direito à liberdade religiosa e de culto, especialmente no que diz respeito às chamadas religiões afro-brasileiras como o candomblé; reconhecimento e titulação das terras remanescentes de quilombos; inclusão no mercado de trabalho, através da contratação preferencial de profissionais negros, tanto na administração pública quanto nas empresas privadas.

O sistema de cotas presente no Estatuto diz respeito ao mercado de trabalho, às universidades e aos meios de comunicação. Ele reserva 20% das vagas dos concursos públicos e das instituições de ensino superior (públicas e privadas) para candidatos negros, e institui que 20% dos artistas e outros profissionais da televisão, publicidade e cinema sejam “pessoas afro-brasileiras”.

O Estatuto prevê ainda a obrigatoriedade da inclusão do quesito raça/cor – a ser preenchido de acordo com a autoclassificação – em todos os documentos do Sistema Único de Saúde e nos censos escolares promovidos pelo Ministério da Educação.

tanto, recebem bolsas que variam entre R\$ 200 e R\$ 450, de acordo com o número de horas dedicadas ao projeto.

Jaques Jesus, psicólogo e assessor de Diversidade e Apoio aos Cotistas da vice-reitoria da UnB, afirma que o foco da universidade não é a divulgação de números e estatísticas sobre o desempenho dos cotistas porque não há expectativa de que ele seja diferente dos demais alunos. “Nossa preocupação é com a questão da permanência, com a profissionalização e a boa formação acadêmica dos cotistas”, diz o assessor

INCLUSÃO Democratizar o acesso à universidade de grupos historicamente excluídos, adotando-se soluções alternativas às cotas, é a proposta adotada em 2005 pela Unicamp. Foi criado o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (Paais), um sistema de pontuação para estudantes que tenham cursado todo o ensino médio numa escola pública que recebem, na segunda fase do vestibular, 30 pontos a mais na nota final. Dentre esses, os que se identificarem como pretos, pardos ou indígenas recebem mais 10 pontos.

Na avaliação feita pela universidade, os alunos beneficiados pelo programa tiveram não só uma melhora em relação ao desempenho no vestibular mas também um rendimento acadêmico médio maior, em 29 dos 55 cursos da Unicamp em 2005. Segundo dados da Comissão Permanente para os Vestibulares (Comvest), o destaque foram os cursos de física noturno (rendimento 14,4% maior),

engenharia agrícola (11,5%), tecnologia em construção civil (9,3%), estatística (8,1%) e música-composição (7,1%).

Pioneiro no Brasil, esse sistema de pontuação não se restringe mais à Unicamp. No estado de São Paulo, as Faculdades de Tecnologia (Fatecs) implantaram um sistema semelhante: candidatos oriundos de escolas públicas ganham pontos extras na nota final assim como candidatos que se auto-declarem afrodescendentes. A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) adiciona pontos às notas finais se o candidato tiver cursado o último ano do ensino fundamental e todo o ensino médio na rede pública. A Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal Rural de Pernambuco concedem bônus de 10% na classificação final para aqueles alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas da região metropolitana do Recife e instituições de ensino do interior do estado, respectivamente. De ntre essas universidades que adotaram o sistema de pontuação, apenas a Unicamp atribui pontos extras a partir da auto-declaração de cor/etnia dos candidatos.

“Acredito que, conforme as universidades federais continuem a implantar programas de ação afirmativa próprios, a discussão sobre cotas perderá força. Seria muito bom que a autonomia universitária fosse respeitada”, diz Leandro Tessler, coordenador executivo da Comissão de Vestibulares da Unicamp (Comvest).

Carolina Cantarino

MÍDIA

Ministério faz mapeamento dos programas de rádio

Há menos de um século surgia a primeira emissora de rádio no Brasil já com o propósito de “ser a escola dos que não tiveram escola”, como disse um dos seus fundadores, o educador Edgard Roquette-Pinto. Inaugurada em 7 de setembro de 1923, a Rádio Sociedade foi idealizada na Academia Brasileira de Ciências, e oferecia uma programação voltada para o cotidiano científico, com palestras, notícias de jornais comentadas e debates com cientistas ilustres em visita à então capital do país, o Rio de Janeiro. Assim foi com Albert Einstein, em 1925, que destacou o rádio como instrumento da divulgação científica.

É a mesma convicção que levou o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), através do Departamento de Popularização da Ciência, a organizar, em junho último, o primeiro seminário para discutir experiências de programas radiofônicos sobre ciência e traçar diretrizes para políticas de incentivo a esse tipo de divulgação. O rádio, que já foi o veículo mais popular do país, hoje